

A RESSONÂNCIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR NA VIDA ADULTA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

LA RESONANCIA DE LA VIOLENCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR EN LA VIDA ADULTA: UNA REVISIÓN INTEGRATIVA

THE RESONANCE OF INTRAFAMILIAL CHILD SEXUAL VIOLENCE IN ADULTHOOD: AN INTEGRATIVE REVIEW



Luciana FERREIRA¹
e-mail: luciana@lfpsico.com.br



Ida KUBLIKOWSKI²
e-mail: idakublikowski@pucsp.br

Como referenciar este artigo:

Ferreira, L., & Kublikowski, I. (2026). A ressonância da violência sexual infantil intrafamiliar na vida adulta: uma revisão integrativa. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, 27(esp1), e026014.
<https://doi.org/10.30715/doxa.v27iesp.1.21462>



Submetido em: 08/05/2026

Revisões requeridas em: 25/05/2026

Aprovado em: 12/07/2026

Publicado em: 10/09/2026

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – São Paulo (SP) – Brasil. Mestre em Psicologia Clínica, Doutoranda e Pesquisadora sobre Violência Intrafamiliar – Núcleo Vínculos na Contemporaneidade.

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo – São Paulo (SP) – Brasil. Doutora em Psicologia Clínica. Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica – Núcleo Vínculos na Contemporaneidade.

RESUMO: As vozes de mulheres que sofreram violência sexual intrafamiliar na infância contrapõem-se ao silêncio da produção científica acerca das ressonâncias dessa violência na vida das sobreviventes. Em um contexto marcado por índices alarmantes de violência contra as mulheres, o tema motivou esta investigação. Objetivou-se analisar como a literatura contemporânea (2021-2026) discute a construção identitária de mulheres sobreviventes de violência sexual intrafamiliar na infância (VSII), por meio de revisão integrativa guiada pela metodologia PRISMA 2020, visando compreender o fenômeno e subsidiar profissionais de saúde e políticas públicas. A análise dos nove artigos selecionados indica que a VSII constitui um fenômeno interrelacional, com repercussões no desenvolvimento das sobreviventes. A análise temática reflexiva evidenciou dinâmicas intrafamiliares marcadas por assimetrias de poder e segredos, respostas familiares e institucionais atravessadas por invalidação, omissão e revitimização, além de ressonâncias na constituição identitária feminina. Observou-se escassez de estudos sobre essa problemática, evidenciando lacunas na compreensão da relação entre VSII e construção identitária.

PALAVRAS-CHAVE: Violência sexual intrafamiliar. Mulheres. Infância. Identidade.

RESUMEN: Las voces de las mujeres que sufrieron violencia sexual intrafamiliar en la infancia se contraponen al silencio de la producción científica acerca de las repercusiones de esta violencia en la vida de las sobrevivientes. En un contexto marcado por índices alarmantes de violencia contra las mujeres, esta temática motivó la presente investigación. El objetivo fue analizar cómo la literatura contemporánea (2021-2026) aborda la construcción identitaria de mujeres sobrevivientes de violencia sexual intrafamiliar en la infancia (VSII), mediante una revisión integrativa de la literatura guiada por la metodología PRISMA 2020, con el propósito de comprender el fenómeno y aportar elementos para la actuación de los profesionales de la salud y la formulación de políticas públicas. El análisis de los nueve artículos seleccionados indica que la VSII constituye un fenómeno interrelacional, con repercusiones en el desarrollo de las sobrevivientes. El análisis temático reflexivo evidenció dinámicas intrafamiliares marcadas por asimetrías de poder y secretos, respuestas familiares e institucionales atravesadas por la invalidación, la omisión y la revictimización, así como repercusiones en la constitución identitaria de las mujeres. Se observó una escasez de estudios que aborden esta problemática, lo que evidencia lagunas en la comprensión de la relación entre la VSII y la construcción identitaria.

PALABRAS CLAVE: Violencia sexual intrafamiliar. Mujeres. Infancia. Identidad.

ABSTRACT: The voices of women who experienced intrafamilial sexual violence during childhood stand in contrast to the silence of scientific literature regarding the repercussions of this violence throughout survivors' lives. In a context marked by alarming rates of violence against women, this issue motivated the present investigation. This study aimed to analyze how contemporary literature (2021–2026) discusses the identity construction of women survivors of intrafamilial sexual violence during childhood (ISVC), through an integrative literature review guided by the PRISMA 2020 methodology, seeking to understand the phenomenon and provide support for healthcare professionals and public policies. The analysis of the nine selected articles indicates that ISVC constitutes an interrelational phenomenon, with repercussions for survivors' development. Reflexive thematic analysis revealed intrafamilial dynamics marked by power asymmetries and secrecy, family and institutional responses characterized by invalidation, omission, and revictimization, as well as repercussions on women's identity formation. A scarcity of studies addressing this issue was observed, highlighting gaps in the understanding of the relationship between ISVC and identity construction.

KEYWORDS: Intrafamilial sexual violence. Women. Childhood. Identity.

INTRODUÇÃO

Historicamente presentes, os maus-tratos infantis ganharam maior visibilidade entre os estudiosos na segunda metade do século XX (Badinter, 1985). Dentro desse escopo, a violência sexual infantil se destaca pela sua ressonância na construção da identidade das mulheres sobreviventes. A adoção do termo ‘sobrevivente’, nascido nos movimentos feministas dos anos 1970, surge aqui como um ato político crucial para mudar a percepção estigmatizada da vítima.

No Brasil, o cenário desta modalidade de violência é alarmante: o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2026) registrou o volume de 84.388 estupros e estupros de vulnerável em 2025. Houve um arrefecimento de 5,4% destes registros em relação a 2024, o que não abre espaços para celebrações, uma vez que nenhuma criança ou mulher deveria ser violada de nenhuma forma. Desses dados, 77% eram vulneráveis perante a lei³, 87,8% com predominância do gênero feminino, sendo 57,1% meninas negras. Com relação à faixa etária, do total, 60,3% têm até 13 anos de idade. Além disso, 27,1% do total de vítimas eram crianças com idades entre 0 e 9 anos.

Uma das informações mais críticas é que os agressores são conhecidos das vítimas, evidenciando que o perigo costuma estar dentro do círculo de convivência, ou seja, o perigo habita os lares dessas crianças. Essa dinâmica muda ligeiramente dependendo da idade da vítima. Entre as vítimas de 0 a 13 anos, a maior parte da violência ocorre no núcleo mais próximo, com 59,2% dos agressores sendo familiares e 36,9% outros conhecidos. Já no grupo de vítimas com 14 anos ou mais, o perfil se divide e reflete a violência em relações amorosas e sociais: 30% dos agressores são familiares e 25,5% são outros conhecidos, enquanto 29,6% são o parceiro íntimo atual e 9,6% são ex-parceiros.

Em geral, essa violência é mantida frequentemente em segredo para preservar arranjos familiares e sustentada pela assimetria de poder entre adultos e criança. Essa modalidade de violência gera consequências severas que se manifestam como feridas no corpo, na mente e nas relações sociais, que ecoam por toda as fases do ciclo vital destas mulheres. Contudo, essa investigação não se limita a uma perspectiva estritamente acadêmica. Faz-se necessária a articulação entre a realidade estatística e a experiência clínica, elementos que se retroalimentam de forma circular: a clínica humaniza e sustenta os indicadores, enquanto os dados orientam a prática. Cumpre ressaltar que a gênese desta pesquisa de doutorado reside na experiência

³ No sistema penal brasileiro, a definição de vulnerável em casos de crimes sexuais é estabelecida pelo Artigo 217-A do Código Penal. A lei visa proteger pessoas que, por questões de idade, saúde ou circunstância do momento, não têm o pleno discernimento ou a capacidade de consentir ou resistir a um ato sexual.

clínica, que atesta, por meio da escuta e manejo terapêutico das narrativas de mulheres adultas, identidades comprometidas pela violência vivida no seio familiar. Na clínica, essas pacientes frequentemente apresentam uma extensa biografia de adoecimentos físicos, psíquicos e relacionais, todos desdobramentos da violência sexual intrafamiliar traumática sofrida na infância, significado este construído em terapia e atribuído pelas sobreviventes.

No que tange à construção da uma perspectiva sistêmica, concebemos a realidade como construída em uma dada cultura, momento histórico, o que faz comunicar diferentes níveis da experiência. Nesse movimento, identidades são produzidas e se produzem nas relações dialógicas que se estabelecem entre os sistemas individuais e socioculturais. Para abordar esse processo na clínica, lançamos mão das teorias narrativas, já consagradas na psicologia, que, de forma geral, consideram o si mesmo como um contador de histórias que, ao narrar o seu percurso pessoal, o organiza em identidade, que, compreendida em seus significados, permite a autocompreensão e a abertura ao outro (Kublikowski, 2023). Foi, portanto, a urgência da prática clínica que impulsionou a construção do projeto de pesquisa do doutorado e a presente exploração teórica.

Diante do contexto clínico e de dados alarmantes sobre o tema, este estudo possui forte relevância social e clínica ao investigar as repercussões da Violência Sexual Intrafamiliar na Infância (VSII). O objetivo desta pesquisa é analisar como a literatura contemporânea (2021-2026) discute a construção identitária de mulheres adultas sobreviventes de VSII. A sistematização desse arcabouço teórico visa evidenciar lacunas e avanços no campo, embasar políticas públicas e instrumentar profissionais de saúde e educação para conduzir intervenções que promovam a ressignificação narrativa e a superação do trauma. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa por meio de uma revisão integrativa da literatura, orientada pelo protocolo PRISMA 2020 (Page et al., 2021), a fim de identificar, sistematizar e articular as produções científicas.

Os resultados revelaram uma notável escassez de publicações que relacionem diretamente a VSII ao comprometimento da identidade da mulher adulta, o que exigiu o desmembramento da análise em dois eixos: uma compreensão geral do fenômeno — englobando dinâmicas familiares, perfil do agressor e implicações jurídicas e psicológicas para a criança — e um aprofundamento na configuração identitária das sobreviventes na fase adulta. Conclui-se que, embora a literatura convirja na compreensão da violência na infância, a escassez de estudos sobre sua ressonância na vida adulta destaca uma importante lacuna acadêmica, evidenciando a urgência de pesquisas mais robustas sobre o tema.

Para além da esfera acadêmica, os estudos analisados convergem sobre a necessidade impreterível de uma ampla transformação social no enfrentamento da VSII. Essa mudança estrutural exige a formulação de políticas públicas e campanhas educativas capazes de preparar a sociedade para combater ativamente essa violência. Ademais, ressalta-se a importância fundamental da atuação de equipes multidisciplinares capacitadas voltadas exclusivamente para garantir a proteção, o acolhimento e a segurança da criança vitimizada no próprio ambiente familiar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma Revisão Integrativa de Literatura conduzida sob as diretrizes do método PRISMA 2020 – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*, considerado referência metodológica em pesquisas de revisão bibliográfica para mapear as melhores evidências que respondem à pergunta que fundamenta o estudo (Page et al., 2021).

O levantamento bibliográfico foi conduzido por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com acesso institucional remoto viabilizado pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). As buscas foram realizadas nas bases de dados eletrônicas Web of Science, Scopus, SciELO, PubMed/MEDLINE, BVS e LILACS, utilizando também o Google Acadêmico para o rastreio de literatura cinzenta e a complementação de achados recentes.

A estratégia de busca foi desenhada em duas fases metodológicas: a primeira baseou-se na construção de *strings* abrangentes para cruzar os eixos de violência, contexto intrafamiliar, identidade e público-alvo — utilizando a combinação (“abuso sexual infantil” OR “violência sexual infantil” OR “violência sexual na infância”) AND (intrafamiliar OR incesto) AND (identidade OR subjetividade) AND (mulher* OR sobrevivente*), incluindo suas respectivas traduções para o inglês. Já a segunda fase focou exclusivamente no cruzamento entre a violência sexual infantil e o eixo da identidade da mulher sobrevivente. Por fim, para a delimitação da amostra final, foram estabelecidos rigorosos critérios de elegibilidade, divididos em parâmetros de inclusão e exclusão.

Foram incluídos artigos originais teóricos ou empíricos — de abordagem qualitativa, quantitativa e/ou mista — avaliados por pares, sem restrição de idioma ou delimitação geográfica. Exigiu-se que os estudos abordassem a violência sexual infantil intrafamiliar e/ou

o impacto na construção da identidade da mulher sobrevivente, limitando-se a publicações dos últimos cinco anos (2021-2026) em periódicos com avaliação Qualis/CAPES nos estratos de A1 a A4. Em contrapartida, foram excluídas literaturas cinzentas, como dissertações, teses e relatórios governamentais, além de editoriais, cartas ao editor e resenhas. Também foram descartados estudos fora do recorte temporal estabelecido ou que, mesmo após a leitura na íntegra, não respondessem à pergunta norteadora da revisão nem aprofundassem o escopo temático exigido.

O processo de seleção e extração de dados ocorreu de maneira sistemática por meio de cinco etapas de análise: busca e identificação automatizada, triagem inicial, leitura exploratória, leitura na íntegra para avaliação de elegibilidade e, por fim, a inclusão na amostra final. Para otimizar a primeira etapa de busca, empregou-se a Inteligência Artificial (modelo Gemini Advanced) atuando exclusivamente como mediação técnica auxiliar, sempre subordinada à interpretação e supervisão humana (Sampaio et al., 2024).

Os resultados de todos os artigos elegíveis nessa busca inicial foram organizados em uma planilha contendo título, objetivo, resumo e resultados, o que instrumentalizou a triagem e a eliminação de trabalhos não aderentes ao objetivo do estudo. Durante a extração dos dados, o foco analítico recaiu estritamente sobre a relação entre a violência sexual precoce e seus impactos na configuração identitária das sobreviventes na fase adulta.

A primeira estratégia de busca, conduzida conforme o fluxo de seleção PRISMA, identificou um total de 161 registros iniciais distribuídos entre as bases PubMed (n = 74), LILACS (n = 63), SciELO (n = 18) e BVS (n = 6) (Figura 1). Após a exclusão de duplicatas e a aplicação dos critérios de elegibilidade na triagem inicial de títulos e resumos, restaram 50 artigos. Desses, 25 foram pré-selecionados por meio de leitura exploratória por contemplarem adequadamente o eixo da violência sexual infantil intrafamiliar (VSII). Na etapa seguinte, mediante leitura na íntegra e reavaliação criteriosa, seis artigos consolidaram-se para compor a análise deste primeiro eixo, dos quais apenas um abordava diretamente a ressonância dessa violência na construção da identidade da mulher adulta.

Diante da evidente escassez de representatividade do tema central, estruturou-se uma segunda fase de busca focada especificamente no fenômeno da ressonância e da construção identitária da sobrevivente adulta, que retornou 16 publicações. Após nova triagem para eliminação de duplicatas e estudos fora do escopo, essas publicações passaram por leitura exploratória, restando três artigos para análise profunda. Todos os três foram incluídos na pesquisa, sendo dois por apresentarem resultados parciais sobre o eixo da identidade e um por

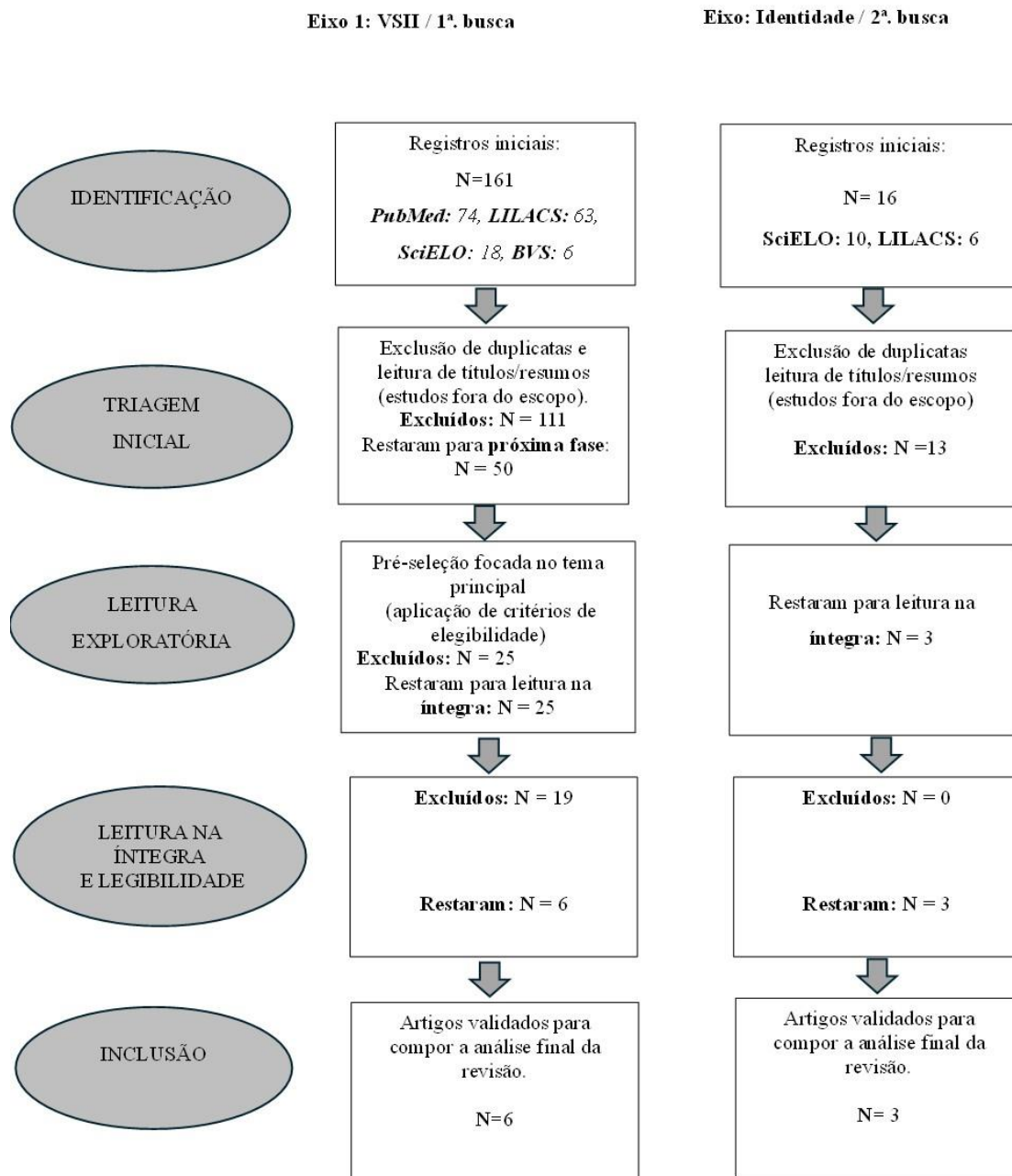
total aderência ao tema. Dessa forma, a amostra final consolidou-se em nove artigos, divididos em dois eixos complementares: seis dedicados à literatura sobre a dinâmica da VSII (Quadro 1) e três focados na ressonância identitária da sobrevivente adulta (Quadro 2).

O *corpus* textual resultante dessa seleção foi examinado sob a perspectiva da Análise Temática Reflexiva (ATR) de Braun e Clarke (2021), compreendida como um processo interpretativo, situado e teoricamente orientado, no qual os temas são ativamente construídos pelo pesquisador. A aplicação desse método ocorreu de forma integrada por meio de seis etapas: familiarização com os dados, codificação inicial, construção de temas, revisão e refinamento, definição e, por fim, interpretação e redação dos resultados. Esse percurso analítico exigiu a identificação de conexões sutis, a construção de abstrações teóricas e a problematização crítica dos achados, processos que foram fortemente ancorados na experiência clínica da pesquisadora e em seu engajamento prático com o campo.

A partir desse delineamento metodológico, os resultados desta revisão integrativa oferecem respostas iniciais à questão central do estudo, mas, sobretudo, evidenciam uma expressiva escassez de pesquisas publicadas entre 2021 e 2026 sobre a ressonância da VSII na identidade da mulher adulta. Essa limitação revela um hiato significativo na literatura contemporânea, reforçando a premissa de que há uma urgência acadêmica e social no desenvolvimento de abordagens científicas mais robustas e abrangentes para compreender as consequências dessa violência em longo prazo.

Figura 1.

Diagrama de estudos identificados nas bases de dados (PRISMA 2020)



Nota. Elaborado pela autora com base na extração de dados (2026).

Quadro 1.

Diagrama de estudos incluídos – Violência Sexual Infantil Intrafamiliar (PRISMA 2020)

Autoria e ano	Título do artigo	Desenho metodológico	Principais resultados e defesas
Malta et al. (2025)	Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil	Estudo transversal	A violência sexual concentra-se predominantemente em meninas. A maior parte dos casos ocorre no próprio ambiente doméstico (residência da vítima) e é perpetrada por familiares ou pessoas do convívio próximo da criança. Há uma subnotificação crônica

			na violência intrafamiliar contra criança. Importante fortalecer as redes de notificação. Capacitar profissionais para identificar os indícios iniciais de violência contra criança e revitalizar as políticas públicas.
Paula (2023)	Abuso sexual intrafamiliar, as Varas de Família e os meandros da perícia social	Estudo qualitativo	Destaca a complexidade probatória nos casos de abuso intrafamiliar e os desafios ético-metodológicos do Sistema de Justiça (perícia social) em investigar e proteger a criança em situação de vulnerabilidade sem revitimizá-la.
Elliott et al. (2022)	Reactions to the disclosure of intrafamilial childhood sexual abuse	Estudo retrospectivo	Demonstrou que as vítimas frequentemente enfrentam reações negativas ao revelar o abuso para a família, esbarrando em incredulidade, culpabilização e falta de apoio, o que agrava o trauma e dificulta a interrupção da violência.
Poltronieri & Lamas (2024)	Uma reflexão sobre a omissão imprópria dos familiares nos casos de abuso sexual	Revisão bibliográfica	Discute a responsabilização penal (frequentemente da figura materna) por omissão imprópria. Defende que, quando o familiar tem o dever legal de agir para evitar o abuso e se omite (negligência), ele coparticipa da manutenção da violência.
Cunha (2024)	Práticas de avaliação psicológica em suspeitas de abuso sexual intrafamiliar	Estudo qualitativo	Ressalta a importância do rigor técnico e da escuta especializada na avaliação psicológica jurídica, sendo fundamental para o judiciário na diferenciação de relatos fidedignos de abuso. Avaliação deve ir além da produção de provas e há a necessidade de equipe multidisciplinar e medidas protetivas para a criança.
Baía et al. (2024)	Retratação no abuso sexual de crianças: construção e evidências de validade de um instrumento de rastreio	Validação de instrumento	Evidencia que a 'retratação' da vítima é, na maioria das vezes, um mecanismo de defesa motivado por intenso medo, pressão familiar, falta de apoio e sentimento de culpa, e não uma prova de que o abuso inicial era mentira. Há desconfiância da palavra do infante.

Nota. Elaborado pela autora com base na extração de dados (2026).

Quadro 2.

Diagrama de estudos incluídos – Ressonância na construção da identidade da mulher (PRISMA 2020)

Autoria e ano	Título do artigo	Desenho metodológico	Principais resultados e defesas
Goldner et al. (2023)	<i>"I am in a Bloody Battle without Being Able to Stop It": The Dissociative Experiences of Child Sexual Abuse</i>	Pesquisa qualitativa; Análise fenomenológica interpretativa.	A dissociação atua tanto como proteção quanto como mecanismo limitante, gerando uma profunda ambivalência e fragmentação da identidade da mulher. O corpo físico e o 'eu' entram em conflito.

Winterstein et al. (2023)	<i>Recovering the Lost Soul: Older Women's Reflections on Past Intrafamilial Child Sexual Abuse</i>	Inquérito narrativo; Pesquisa qualitativa.	O envelhecimento traz o impacto latente das memórias de violência, desencadeando a necessidade de reconstruir a história de vida para recuperar a 'alma perdida' e reestruturar a identidade fragmentada.
Ferreira & Santos (2025)	Violência parental, trauma e o impacto na construção da identidade adulta	Estudo de casos múltiplos; Abordagem qualitativa.	A violência familiar atua como desestruturadora da identidade do <i>self</i> . Contudo, o trauma não desabilita o indivíduo permanentemente, sendo possível a ressignificação da dor e o avanço no processo de vida.

Nota. Elaborado pela autora com base na extração de dados (2026).

DISCUSSÃO

A violência sexual infantil intrafamiliar sua dinâmica e consequências

Sobre os aspectos gerais da violência sexual infantil intrafamiliar (VSII), observamos em Paula (2023) que a violência contra a criança (VCC) acarreta traumas que podem perdurar e permanecer até a vida adulta, pois impactam as oportunidades e comprometem gerações futuras. Cunha (2024) dialoga pela perspectiva da complexidade deste tipo de violência. A autora categoriza o abuso sexual intrafamiliar (ASII) como um fenômeno de complexidade, que pode ser entendido com umas das formas mais marcantes e graves de violação dos direitos humanos e, por sua complexidade, exige tratativa multidisciplinar. A violência contra a criança é um problema multicausal de saúde pública, ordinário e não extraordinário, como está no imaginário social. O lugar que deveria ser seguro configura-se como o local de risco e de agressão.

Paula (2023) aponta que o mesmo ocorre em relação aos agressores, que frequentemente figuram entre os próprios pais (no caso da violência em geral, mães e pais). Personagens que seriam cruciais para o bom desenvolvimento global da criança comentem violações que marcam todo o processo de desenvolvimento com ressonância na vida adulta. Ainda segundo a autora, a violência contra a criança acontece majoritariamente em casa, enquanto a violência contra adolescentes tende a ocorrer fora do âmbito familiar. Ela descreve que, no recorte da violência sexual infantil (VSI), as ocorrências foram mais frequentes entre crianças de 2 a 5 anos, durante o período de levantamento de dados para este estudo transversal.

Tanto Paula (2023) quanto Poltronieri e Lamas (2024) lançam luz para a questão de que a VSI perpassa questões de natureza sociocultural, de classe, de gênero, de raça, ou seja, se caracteriza pela interseccionalidade, uma vez que as meninas são as mais afetadas. Nessa

perspectiva, as autoras indicam severos prejuízos ao desenvolvimento infantil decorrentes da violência sexual infantil intrafamiliar (VSII), destacando que o agressor ocupa um lugar de poder sobre a vítima, além de uma posição simbólica de confiança, admiração e prestação de cuidados. Esse perpetrador se beneficia do vínculo afetivo forjado na participação cotidiana do desenvolvimento da criança. Ele está presente nos laços parentais, de parentesco e de afinidade, revelando-se frequentemente como uma figura acima de qualquer suspeita. Essa violência é considerada perversa justamente por ocorrer no espaço familiar, especialmente quando constituído pelo segredo, de difícil identificação, transmitido de forma transgeracional e socialmente naturalizada (Poltronieri & Lamas 2024).

Elliott et al. (2022) e Cunha (2024) corroboram e reforçam que, para além do trauma relacionado ao abuso dentro da família, o agravamento do sofrimento está intimamente relacionado às respostas que os familiares emitem diante dessa violência, sendo essa reação de fundamental impacto no desenvolvimento infantil. Malta et al. (2025) contribuem na mesma direção, discutindo que violência contra a criança (VCC) acarreta traumas que podem perdurar e permanecer até a vida adulta, pois impactam as oportunidades e comprometem gerações futuras. Embora o estudo de Cunha (2024) priorize a perspectiva do profissional de psicologia na avaliação da criança, destacando sua contribuição não apenas para o sistema jurídico, mas sobretudo para o melhor desfecho possível para a vítima, a autora também aprofunda a análise sobre os impactos do abuso na criança e na dinâmica familiar. A obra discute pontos fundamentais, como a natureza da violência, suas consequências na vida da sobrevivente, a transgeracionalidade do trauma e os desdobramentos de todo o processo jurídico vivenciado. Em relação aos agravantes dessa violência, o estudo salienta que o potencial traumático do abuso é significativamente intensificado pelo fato de o agressor pertencer à própria família. Esse dano se aprofunda ainda mais se, no momento da revelação, a criança for desacreditada, invalidada ou não receber as devidas medidas de proteção.

Sobre as reações familiares, Baía et al. (2024) focam que dentre as consequências das reações familiares negativas em relação ao relato da criança, está a retratação. Embora o foco principal do artigo seja a validação dessa ferramenta, a estruturação de seu embasamento teórico oferece uma rica discussão sobre o fenômeno da retratação. Os pesquisadores exploram como a vítima que, em um primeiro momento, tem a coragem de relatar a violência, acaba retrocedendo de sua denúncia devido a fatores como a falta de apoio, a convivência contínua com o agressor, os sentimentos de culpa e medo e a forte interferência das relações em níveis micro e macrosistêmicos. Outro agravante para o risco de retratação destacado pelo estudo

ocorre quando a revelação é feita a alguém externo ao ambiente familiar, o que frequentemente desencadeia intensa pressão social sobre a família. Com relação às reações negativas da família da criança violada por esta modalidade de violência, corrobora Cunha (2024) quando discute que, além das crianças conviverem com os agressores e terem mães omissas e ou negligentes, esse dano se aprofunda ainda mais se, no momento da revelação, a criança for desacreditada, invalidada ou não receber as devidas medidas de proteção. Elliott et al. (2022), além de assentirem, alertam que as reações negativas das famílias podem ser mais prejudiciais do que a própria não revelação do abuso. A falta de apoio e as respostas adversas podem dissuadir a busca futura por ajuda, minar a autoeficácia da vítima e reforçar sentimentos de autoculpa. Além disso, pessoas que não oferecem apoio à criança tendem a não denunciar o caso às autoridades. Essa falta de suporte está diretamente relacionada à retratação (recuo) da criança e à omissão do relato aos serviços sociais, o que afeta negativamente as medidas protetivas e a probabilidade de um processo judicial.

Ainda dialogando com a reação da família e os aspectos negativos para a saúde mental da sobrevivente, lança-se, neste ponto, o olhar para relação com o perfil do agressor. Destaca-se em Elliott et al. (2022) a discussão sobre aos dados demográficos da amostra analisada na linha de apoio online (*hotline*), dados estes americanos originários deste estudo. O padrão revelou que a grande maioria das vítimas de VSII são meninas. Sobre os agressores, 69% das crianças relataram que o abuso foi cometido por um dos pais (incluindo padrastos, madrastas ou tutores legais), seguidos por irmãos (12%), tios (10%) e primos (9%). Quando decidem falar sobre o abuso, a grande maioria escolhe um membro da família, sendo que 80% desses ouvintes são os pais não agressores. Com menos frequência, as revelações são feitas a amigos (17%) ou professores (6%). Diante disso, os autores concluem que revelar o abuso para a família não agressora pode ser improdutivo e ter um efeito potencialmente danoso para algumas crianças, representando um risco muitas vezes subestimado.

Sobre os sintomas apresentados pela criança violada sexualmente dentro da família, Cunha (2024) e Baía et al. (2024) convergem em relação aos impactos na saúde mental dos sobreviventes, mesmo ainda durante infância. Sentimentos de culpa e raiva, baixa autoestima e crises de choros constantes são sintomas identificados pelos autores. Cunha (2024), discute sobre os severos prejuízos infanto-juvenis e destaca o transtorno de estresse pós-traumático como resultado desta violência perpetrada dentro do ambiente familiar. Há também evidências de ansiedade, depressão, tentativas de suicídio, bem como comorbidades mentais, físicas e emocionais.

No que tange à discussão sobre a transgeracionalidade desta violência, Cunha (2024) e Paula (2023) abordam o desdobramento da violência sexual direcionada à criança, muitas vezes praticada pela omissão materna, que possivelmente vivenciou violências no seio familiar, perpetuando a vivência do trauma. Poltronieri e Lamas (2024) confirmam que, em muitos desses casos, a figura omissa é de fato a mãe, que costuma vivenciar sentimentos ambivalentes tanto em relação ao filho violentado quanto ao próprio agressor. Muitas vezes, essas mães encontram-se em situações de dependência financeira e/ou afetiva com os perpetradores, além de serem submetidas a um forte silenciamento provocado por medos diversos.

Da perspectiva jurídica, sobre VSII e os danos para a criança violada, Cunha (2024) e Poltronieri e Lamas (2024) concordam que todo processo judiciário vivenciado pela criança violentada deixa marcas e, quando não praticado por profissionais competentes, preparados e multidisciplinares, causa revitimização e danos permanentes à criança.

Poltronieri e Lamas (2024) trazem à luz a discussão sobre a omissão imprópria, quando quem tem o dever legal de proteger a criança não age, e essa inércia resulta em danos irreparáveis. O estudo aborda os fatores que contribuem para essa omissão no núcleo familiar, destacando que 80% dos casos ocorrem dentro de casa, frequentemente marcados pela negligência dos ascendentes. As pesquisadoras ressaltam que o abuso (termo utilizado por elas) ainda é um grande tabu dentro dos lares. O receio da desestruturação familiar faz com que a vítima seja frequentemente ignorada, configurando-se, na prática, como um ato de proteção ao agressor. Outros aspectos que perpetuam a manutenção da omissão incluem o medo do constrangimento social e a insegurança em relação ao sistema de segurança pública, o qual, muitas vezes, acaba gerando a revitimização.

Por fim, sob a perspectiva da criança, o receio em denunciar a violência costuma estar intrinsecamente associado ao medo da rejeição, da descrença, de ser expulsa de casa e de perder a sua família. Por outro lado, Cunha (2024) defende que a presença do profissional de psicologia no sistema jurídico é vital não apenas para produzir provas, mas sobretudo para o melhor desfecho possível para a vítima, tentando blindá-la desses danos processuais. Ela explora ainda, um aspecto importante sobre o impacto no funcionamento familiar. A VSII pode ter a função de regular conflagração familiares, colocando a criança como receptáculo das tensões conjugais e dos desequilíbrios emocional e sexual do casal. A autora aborda as pesquisas familiares no campo jurídico e indica que, além da transgeracionalidade da violência já pontuada, ocorre o padrão de repetição da dinâmica familiar expressas no processo de perícia. Por último, Cunha (2024), assim como Poltronieri e Lamas (2024), reforçam necessidade da multidisciplinaridade

em todo o processo de tratativa jurídica com a criança violentada, considerando o intrincamento desta violência e dos impactos para a criança.

Todos os autores, em alguma medida, trazem alguns apontamentos essenciais tais como: olhar crítico sobre a necessidade de transformação social, apontando campanhas de educação pública como uma força crucial de enfrentamento para ensinar a sociedade a reagir de forma empática e adequada a essas revelações. Além da importância de equipe multidisciplinar competente e focada na proteção e segurança da criança perpetrada sexualmente dentro da família.

Ressonância na identidade da sobrevivente

Neste eixo, identificou-se uma acentuada escassez de publicações sobre a VSII e sua ressonância na construção da identidade da mulher sobrevivente. Apenas Ferreira e Santos (2025) e Poltronieri e Lamas (2024) abordam a questão; contudo, embora as autoras Poltronieri e Lamas (2024) direcionem suas análises para os âmbitos jurídico e criminal, elas ressaltam que a VSII exerce um impacto considerável na vida adulta da mulher, afetando diretamente sua personalidade e saúde mental.

Ferreira e Santos (2025) e Poltronieri e Lamas (2024) defendem que o adulto submetido à violência sexual na infância apresentará, em alguma medida, comprometimentos em sua autoestima corporal e em sua saúde física e psicológica. Além disso, apontam para prejuízos em seu desenvolvimento social, relacional, comunicacional e afetivo, englobando o desenvolvimento humano de maneira geral. Afirmam, portanto, que os efeitos dessa modalidade de violência sofrida na infância geram impactos profundos, que perduram por toda a vida adulta da sobrevivente.

Goldner et al. (2023) e Ferreira e Santos (2025) concordam em suas pesquisas, ao destacarem que a VSII representa uma grave ameaça à integridade da identidade da mulher, com impactos diretos em seu corpo físico, em suas relações interpessoais e em suas escolhas. Goldner et al. (2023) tratam da distorção e ausência de identidade, causada por esta modalidade de violência contra a menina na infância. Embora o foco principal de seus estudos esteja voltado para o Transtorno Dissociativo de Identidade, observam uma ausência e uma distorção da própria identidade, marcadas por um trânsito constante entre múltiplas partes separadas do 'eu', em que a sobrevivente, por vezes, ora assume o papel de vítima, ora o papel do agressor. Por outro lado, defendem que o ato de contar e recontar as histórias de VSII oferece a oportunidade de dar um novo significado à própria personalidade, o que pode ser visto no estudo de casos

múltiplos realizados por Ferreira e Santos (2025) no recorte da participante que vivenciou a VSII cometida por seu genitor. Para Goldner et al. (2023), mulheres que puderam ressignificar suas vivências passaram a incorporar uma autoimagem de força e referência, pois conseguiram colocar sua experiência a serviço de outras pessoas. Portanto, recontar e ressignificar a própria história é o caminho que leva à reconciliação com o seu ‘eu’ autêntico.

Há uma convergência entre Winterstein et al. (2023) e Ferreira e Santos (2025) quando lançam luz sobre o ressignificado da experiência de VSII, apesar dos impactos na biografia da sobrevivente. Winterstein et al. (2023) revelam que a experiência espiritual desempenha um papel fundamental ao ajudar a lidar com a fragmentação do ‘eu’ decorrente da VSII. Alegam que encontrar apoio e sentido na espiritualidade não apenas auxilia no desenvolvimento humano, como também oferece suporte para lidar com os desafios do envelhecimento, como perdas, problemas de saúde física, aumento da dependência e solidão. As autoras defendem que recontar a própria história e vivenciar o processo de perdão, tanto do abusador quanto de si mesma, têm um impacto profundamente positivo no envelhecimento saudável e na reconstrução da identidade. Na busca por ressignificação, ancorada pela perspectiva espiritual, essas mulheres revisitam suas vidas sob a sombra das memórias da VSII.

Tanto para Winterstein et al. (2023) como para Ferreira e Santos (2025), as sobreviventes que elaboram suas histórias por meio de suas narrativas reconhecem o quanto as dificuldades oriundas do abuso moldaram suas vidas no presente, influenciando sua personalidade, sua visão de mundo e suas relações. Dessa forma, a VSII atua, paradoxalmente, como uma plataforma para o desenvolvimento humano, promovendo o deslocamento de uma crença puramente externa para uma transformação interna, o que resulta em uma autoimagem ressignificada. Para Ferreira e Santos (2025) as marcas do trauma permanecem. Neste ponto, concordam com Winterstein et al. (2023) e consideram que as marcas permanecem e, após elaboradas, ocupam um lugar mais marginal do que central para as mulheres sobreviventes.

Seguindo o olhar para os achados de Winterstein et al. (2023), um ponto de destaque é que as mulheres pesquisadas não queriam assumir o rótulo de ‘sobreviventes’. Embora admitam que a violência as moldou, elas enxergam esse processo de forma positiva por meio do conceito de integração. Isso se traduz na capacidade de suportar a complexidade cognitiva e emocional, convivendo com incongruências, descontinuidades, contradições e paradoxos, sem sentir tensão incapacitante, o que lhes permite seguir a existência. Assim, a entrevistada pesquisada (na maturidade) por Ferreira e Santos (2025) se fez como a mulher violentada pelo próprio pai na infância. Trata-se neste ponto, sobre viver a dialética entre conflitos e ambivalências,

alcançando a superação apesar das faltas e lacunas emocionais. Por fim, as autoras concluem que a sabedoria adquirida ao longo da vida e reconhecida por essas mulheres na velhice é um fator essencial para seguir em frente com mais significado, integrando essa sabedoria às suas próprias identidades.

Ferreira e Santos (2025) direcionam seus olhares para o impacto na construção da identidade da sobrevivente violada pela VSII, sob a perspectiva do trauma do desenvolvimento na infância. Os pesquisadores defendem que, no caso desta modalidade de violência (VSII), lida-se com o chamado trauma complexo, aquele que modifica o sistema de apreensão do mundo e do entorno da sobrevivente, uma vez que vem transpassado por uma violência considerada interpessoal, a partir de um sistema que deveria ser de segurança e proteção. Este trauma complexo interpessoal ocorre predominantemente dentro do seio familiar, advindo das relações iniciais na vida de uma criança. No caso da VSII, acontece uma clivagem no desenvolvimento saudável da capacidade de autorregulação emocional e na construção da identidade do *self* acometido.

O trauma da VSII traz perturbações à identidade da sobrevivente, uma vez que ele atinge diretamente a autoimagem, a autopercepção de suas capacidades e potencialidades, deslocando a certeza sobre si (Goldner et al. 2023). Ferreira e Santos (2025) discutem ainda sobre a clara implicação da VSII na construção da identidade ao longo da biografia da mulher sobrevivente e, sobretudo, na vida adulta, uma vez que consideram que somos uma construção sócio-histórica. O estudo traz clareza sobre uma identidade circunscrita por esta violência na forma de ser, agir e pensar da mulher violada dentro da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta revisão indicam que a VSII deve ser compreendida como um fenômeno processual e relacional, cujos efeitos atravessam o evento traumático e se inscrevem nas trajetórias de desenvolvimento das sobreviventes. A análise evidenciou três eixos articulados: (a) dinâmicas intrafamiliares, por vezes transmitidas intergeracionalmente, marcadas por assimetrias de poder e regimes de segredo; (b) respostas familiares e institucionais atravessadas por invalidação, omissão e revitimização; e (c) ressonâncias na constituição identitária ao longo da vida adulta. Neste último eixo, ainda pouco explorado na literatura, sobressaem processos de fragmentação, distorções da autoimagem e comprometimentos nas esferas relacional e afetiva.

Não obstante, os resultados apontam ainda, para a abertura de possibilidades de transformação, em consonância com a experiência clínica acerca da potência das intervenções narrativas na reconstrução biográfica de mulheres sobreviventes. Ao incidir sobre os vínculos primários, a violência sexual intrafamiliar tensiona os fundamentos simbólicos e relacionais da constituição do si. Nessa direção, a identidade narrativa, compreendida como processo de produção de sentidos sobre si na e pela narrativa configura-se simultaneamente como lugar de inscrição de distorções e como campo de possíveis ressignificações. Ao possibilitar a ressignificação da experiência, a narrativa favorece deslocamentos na posição subjetiva e reconfigurações do si, rompendo círculos viciosos de repetição.

Os resultados desta revisão integrativa oferecem indícios iniciais para responder à questão central deste estudo, mas evidenciam a escassez de pesquisas que abordem diretamente a ressonância da violência sexual intrafamiliar na infância (VSII) na construção da identidade da mulher adulta. Tal limitação demarca um importante hiato na literatura, indicando a necessidade de estudos mais robustos, abrangentes e estruturados sobre o tema. Apesar dessa limitação, os achados desta pesquisa teórica abrem múltiplas possibilidades de investigação futura, representadas pelos eixos temáticos identificados. Nesse sentido, a presente pesquisa de doutorado terá continuidade por meio de investigação empírica voltada à compreensão das ressonâncias da VSII na constituição identitária de mulheres adultas sobreviventes, buscando contribuir para a instrumentalização de profissionais de saúde e para o embasamento de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.; 8ª ed.). Nova Fronteira.
- Baía, P. A. D., Dell’Aglío, D. D., & Alberto, I. M. M. (2024). Retratação no abuso sexual de crianças: Construção e evidências de validade de conteúdo de um instrumento de rastreio. *Psico*, 55(1), e41260. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2024.1.41260>
- Braun, V., & Clarke, V. (2021). Thematic analysis. In E. Lyons & A. Coyle (Eds.), *Analysing qualitative data in psychology* (3rd ed., pp. 128–147). Sage.
- Cunha, R. V. (2024). Práticas de avaliação psicológica em suspeitas de abuso sexual infantil intrafamiliar no contexto do judiciário do estado do Rio de Janeiro. *Psicologia USP*, 35, e220089. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220089>
- Elliott, S. A., Goodman, K. L., Bardwell, E. S., & Mullin, T. M. (2022). Reactions to the disclosure of intrafamilial childhood sexual abuse: Findings from the National Sexual Assault Online Hotline. *Child Abuse & Neglect*, 127, 105567. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105567>
- Ferreira, L., & Santos, J. L. (2025). Violência parental, trauma e o impacto na construção da identidade adulta. *Revista on-line de Política e Gestão Educacional*, 29, e025113. <https://doi.org/10.22633/rpge.v29i00.20814>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026). *20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.
- Goldner, L., Lev-Wiesel, R., & Bussakorn, B. (2023). “I’m in a bloody battle without being able to stop it”: The dissociative experiences of child sexual abuse survivors. *Journal of Interpersonal Violence*, 38(13–14), 7941–7963. <https://doi.org/10.1177/08862605231153865>
- Kublikowski, I. (2023). Reflections on analysis in qualitative research: The hermeneutic circle in Ricoeur. *Paidéia*, 33, e3319. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3319>
- Malta, D. C., Bernal, R. T. I., Silva, A. G., Sá, N. N. B., Tonaco, L. A. B., Santos, S. L. A., & Albuquerque, G. (2025). Fatores associados à notificação de violência na infância no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 30(2), e00572024. <https://doi.org/10.1590/1413-81232025302.00572024>
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., & Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>
- Paula, V. (2023). Abuso sexual intrafamiliar, as Varas da Família e os meandros da perícia social em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, 146(1), 224–243. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.311>

- Poltronieri, M. L. D., & Lamas, L. P. A. (2024). Uma reflexão sobre a omissão imprópria dos familiares nos casos de abuso sexual infantil. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 12, 1–12. <https://doi.org/10.61164/rmnm.v12i1.2947>
- Sampaio, R. C., Sabbatini, M., & Limongi, R. (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: Um guia prático para pesquisadores. *Boletim Técnico do PPEC*, 10, e025003.
- Winterstein, T. B., Avieli, H., & Gichaz, M. (2023). Recovering the lost soul: Older women's reflections on past intrafamilial child sexual abuse. *Qualitative Health Research*, 33(5), 426–439. <https://doi.org/10.1177/10497323231159802>

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** À Editora Ibero Americana pelo convite para curadoria deste dossiê e pela possibilidade de publicar o artigo de revisão de literatura do meu doutorado.
 - ☐ **Financiamento:** O presente trabalho (proveniente da tese de doutorado em construção) foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não se aplica.
 - ☐ **Aprovação ética:** Para este artigo não houve necessidade de parecer de comitê de ética, por se tratar de uma revisão integrativa de literatura.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Por tratar-se de revisão de literatura, os dados encontram-se disponíveis nas referências.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Ida Kublikowski contribuiu com orientação à produção do texto. Luciana Ferreira contribuiu com a construção do presente artigo e produção do texto.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

